

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FERNANDA VIEIRA DE SOUZA**

**A Formação Política dos Participantes do Programa Pró-Adolescente da Câmara dos  
Deputados**

**Brasília  
2012**

**Fernanda Vieira de Souza**

**A Formação Política dos Participantes do Programa Pró-Adolescente da Câmara dos Deputados**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor como parte da avaliação do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo.

Orientadora: Adriana Magalhães Alves de Melo

Brasília

**2012**

## Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Souza, Fernanda Vieira de.

A formação política dos participantes do Programa Pró-Adolescente da Câmara dos Deputados [manuscrito]. -- 2012.  
61 f.

Orientador: Adriana Magalhães Alves de Melo.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Curso de Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2012.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Programa Pró-Adolescente. 2. Adolescente, Brasil. 3. Educação política, Brasil. I. Título.

CDU 342.532:37.035(81)

# **A Formação Política dos Participantes do Programa Pró-Adolescente da Câmara dos Deputados**

Monografia – Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo

1º Semestre de 2012

Aluna: Fernanda Vieira de Souza

Banca Examinadora:

---

Adriana Magalhães Alves de Melo

---

Maria Raquel Mesquita Melo

Brasília, 28 de junho de 2012.

Dedico esse trabalho à Maria Eduarda, razão da minha existência.

## **Agradecimentos**

Aos colegas da Secretaria Executiva do Pró-adolescente que acreditam que cada adolescente que participa do Programa merece toda nossa dedicação e trabalho.

À minha orientadora, Adriana Magalhães Melo, pela paciência, presteza e objetividade.

Aos colegas do curso pelo apoio incondicional e por boas risadas que tornaram nossas segundas e sextas-feiras mais agradáveis.

Aos professores pela incansável busca por conhecimento.

Aos adolescentes da Câmara dos Deputados, por me ensinarem que ainda tenho muito a aprender.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento.

Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey



## **Resumo**

O estudo teve como objetivo identificar e analisar as representações sociais sobre o Poder Legislativo e a atuação parlamentar construídas pelos adolescentes participantes do Programa Pró-Adolescente da Câmara dos Deputados, além de avaliar o impacto da presença diária dos adolescentes na Câmara dos Deputados em sua formação política. Conhecer a realidade política desses adolescentes: suas opiniões, sentimentos, frustrações e esperanças a respeito da Câmara dos Deputados é o primeiro passo na busca pela implantação de ações de letramento político eficazes para esse público.

**Palavras-Chave:** Poder Legislativo, Atuação Parlamentar, Programa Pró-Adolescente, Educação política.

## **Abstract**

The study aimed to identify and analyze the social representations of the Legislature and parliamentary action from the adolescents of the Pro-Adolescent of the House of Representatives, and to evaluate the impact of adolescents' daily presence in the House in his political education. Knowing the political reality of these adolescents, their opinions, feelings, frustrations and hopes about the House of Representatives is the first step towards the implementation of effective political literacy actions for this audience.

**Key words:** Legislative Power, Parliamentary action, Program Pró-adolescent, Political Education.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ADOLESCÊNCIA	14
2.1 O adolescente	14
2.2 O Programa	19
3. EDUCAÇÃO POLÍTICA	23
4. A PESQUISA	30
4.1 Metodologia	30
4.2 Desenvolvimento da pesquisa	31
4.3 Realização do Grupo Focal	32
5. OS DADOS	36
5.1 Considerações Preliminares	36
5.2 Análise de Conteúdo	37
5.3 Dados	39
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
6.1 Informação e Opinião Pessoal Prévia acerca do Legislativo	43
6.2 Participação em Processos Democráticos	45
6.3 Opinião Pessoal Atual acerca dos Deputados/Legislativo	46
6.4 Indicativos de Mudança na Visão	50
6.5 Percepção do Papel do Programa para a Mudança	51
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

## 1. INTRODUÇÃO

A Câmara dos Deputados é uma das instituições políticas mais importantes do Brasil. É a chamada “Casa do Povo”, palco dos grandes debates de interesse nacional, locus da democracia, na qual 513 deputados representam os eleitores do país. O Poder Legislativo é o mais democrático e o mais transparente dos Poderes, visto que no Congresso Nacional estão os representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, que podem ter suas atividades acompanhadas diariamente pelos meios de comunicação das duas Casas. No entanto, os constantes casos de corrupção envolvendo parlamentares, o não atendimento das expectativas sociais e a falta de conexão do cidadão com seu representante, tornam a Câmara dos Deputados alvo da constante desconfiança nacional.

Atrelado à desconfiança está o desconhecimento. A população, em geral, não conhece as funções do Poder Legislativo, não acompanha o desempenho político de seus representantes, não está familiarizada com as formas de participação e não utiliza com consciência o poder soberano do voto. Os Parlamentares, por sua vez, nem sempre cumprem seus compromissos com seus eleitores, e muitas vezes suas ações não estão em consonância com os anseios do País. Assim, temos um Poder Legislativo desacreditado pela população, o que representa um risco à legitimidade da democracia.

Em busca de fortalecer sua imagem perante a sociedade a Câmara dos Deputados encontrou uma maneira de disseminar o conhecimento a respeito do Poder Legislativo: a educação para a democracia. Diversos programas institucionais são desenvolvidos na Câmara dos Deputados com o intuito de possibilitar, a diversas esferas da população, conhecer as peculiaridades do processo legislativo, do trabalho parlamentar, da representatividade política e qual seria o papel do Poder Legislativo na democracia brasileira, além de disseminar os valores democráticos.

O Parlamento Jovem Brasileiro é um desses programas. Ele possibilita a estudantes de nível médio de todo o país vivenciar, durante uma semana, o exercício de mandato parlamentar. Outro programa destinado a estudantes de nível médio é A Escola na Câmara, no qual estudantes do Distrito Federal participam de visita à Câmara dos Deputados com o intuito de conhecer o

funcionamento da instituição e atuação parlamentar. O Estágio-Visita de Curta Duração é destinado a universitários, tem a duração de cinco dias e seus integrantes participam de atividades que os ajudam a conhecer um pouco mais a Câmara dos Deputados. O Estágio Cidadão é destinado aos estagiários da Câmara dos Deputados. O programa Missão Pedagógica do Parlamento é destinado aos professores de Ensino Médio de escolas públicas de todo o Brasil e busca capacitá-los para a educação para a democracia. Além desses programas, há o site Plenarinho, desenvolvido para promover a educação política para crianças.

## **1.1 Objetivos**

O Programa Pró-adolescente não tem a função educativa como objetivo inicial. Ele faz parte dos programas de responsabilidade social da Câmara dos Deputados e foi criado em 1993, para possibilitar a inclusão de jovens carentes residentes no Distrito Federal no mercado de trabalho. No entanto, será que a presença diária na instituição, o desenvolvimento de atividades de apoio aos trabalhos legislativos e administrativos da Casa e a convivência com servidores e parlamentares por quase dois anos, influencia a formação política desses adolescentes?

O objetivo desse estudo é identificar e analisar as representações sociais construídas pelos participantes do Programa sobre política, democracia, Câmara dos Deputados e atuação dos parlamentares. Pretende-se também avaliar se a presença diária na Câmara dos Deputados exerce algum impacto na formação política desses jovens. Parte-se do pressuposto que observar as rotinas desenvolvidas no Parlamento é oportunidade de, mais do que crescimento profissional e pessoal, imersão no cotidiano político.

## **1.2 Justificativa**

O regime democrático precisa de cidadãos. Os jovens do programa Pró-Adolescente são futuros eleitores e cidadãos. No entanto a cidadania não se desenvolve sozinha. Somente com educação política que os adolescentes aprenderão a se comportar como cidadãos, conhecedores de seus deveres e direitos, das formas de atuação política e sabedores de sua importância no sistema democrático.

A formação cidadã das crianças e jovens brasileiros deve ser preocupação constante dos pais, professores, educadores, cidadãos e políticos. A educação política deve, então, acontecer no

dia a dia, na prática, no cotidiano da vida das pessoas. É pelo exercício da solidariedade, pela busca do bem comum e pela reflexão sobre os problemas da comunidade e as possíveis soluções que o jovem vai vivenciar os novos valores democráticos e construir uma nova perspectiva de cidadania e participação política.

Autores importantes como Mill (1964), Bobbio (1987) e Almond e Verba (1963) são unânimes ao ressaltar a importância da educação, do conhecimento, da cultura e da participação política para a legitimidade da democracia. A educação proporciona ao indivíduo condições cognitivas de participação política com consciência de suas escolhas. Além disso, o cidadão politicamente educado é capaz de conhecer os problemas de sua comunidade, de buscar soluções possíveis que visem ao bem comum e de cobrar dos representantes o bom uso das instituições públicas.

A educação formal tem papel fundamental na vida de um adolescente. No entanto, para a formação política é necessária à inserção de novas crenças, valores e atitudes cidadãs e democráticas, que possibilitam ao jovem, o ingresso no debate público. Nesse sentido, a educação política é um processo de aprendizagem que demanda tempo e vivência.

Nesse trabalho, a ideia de letramento político, como habilidade de interagir politicamente (COSSON, 2010), tem destaque especial, visto que se trata de um processo de aprendizagem que vai além da educação formal. É justamente o vivenciar e compartilhar experiências políticas. É trazer a política para situações da vida cotidiana, facilitando a construção do conhecimento e a internalização de valores democráticos.

Portanto, a produção de conhecimento acerca da formação política desses jovens, imersos no cotidiano do Parlamento Brasileiro, o locus da representatividade e do debate público, é o passo inicial para a futura promoção de práticas de educação política com os participantes do programa e suas famílias.

Dessa maneira, o presente trabalho está organizado em sete capítulos, incluída esta introdução, intitulada capítulo um. O segundo capítulo é dedicado à adolescência. O referencial teórico parte de autores estudiosos dessa fase do desenvolvimento humano. Destaca-se que, além dos aspectos físicos e psicológicos, buscou-se incluir aspectos sociais que influenciam a

formação pessoal do adolescente. Nesse capítulo também está contextualizado o Programa Pró-Adolescente da Câmara dos Deputados.

No terceiro capítulo, são apresentados os referenciais teóricos referentes à educação política. Além disso, ampliou-se o conceito de educação para o letramento político, um processo mais amplo e abrangente de mudança de cultura política. A falta de confiança da população no parlamento ameaça a legitimidade da democracia. A compreensão dos processos políticos e do funcionamento das instituições democráticas é fundamental para o reestabelecimento da confiança. Nesse sentido, é fundamental a educação política para o fortalecimento da democracia. Ainda neste capítulo está descrito o conceito de representação social utilizado neste trabalho para designar o conhecimento e as percepções que os adolescentes têm sobre o Poder Legislativo.

O quarto capítulo foi reservado para a descrição da metodologia utilizada para a pesquisa. A condução da pesquisa se deu em torno de uma perspectiva qualitativa expressa na fala dos participantes, na qual não se buscou o consenso, mas sim a diversidade de opiniões. É por meio das conversas, debates, do ouvir opiniões diferentes que se constroem as representações sociais, e o grupo focal é a técnica de pesquisa que mais se aproxima desse contexto.

O capítulo cinco destina-se à descrição do procedimento utilizado para a categorização dos dados obtidos na pesquisa. Estão descritas todas as etapas da técnica de análise de conteúdo, desde os dados brutos, passando pelo momento de categorização dos dados.

O capítulo seis é dedicado à análise dos dados propriamente dita, trata-se da fase de inferência e interpretação dos dados, na qual a pesquisadora busca relacionar os dados com o referencial teórico da pesquisa. Nesse capítulo as repostas dos adolescentes são analisadas procurando-se obter as repostas para os questionamentos da pesquisa.

O último capítulo é dedicado às considerações finais a respeito da influência da participação no Programa Pró-adolescente na formação política desses jovens, a partir dos dados obtidos na pesquisa. Neste capítulo também estão presentes as reflexões da pesquisadora sobre as possibilidades de se intensificar práticas de letramento político no processo de formação profissional e pessoal do jovem participante do Programa Pró-Adolescente.

## 2. ADOLESCÊNCIA

### 2.1 O adolescente

*Aos sinais morais de um humor que se altera, somam-se mudanças sensíveis na figura. A fisionomia desenvolve-se e é marcada por um humor que se altera, somam-se mudanças sensíveis na figura. A fisionomia desenvolve-se e é marcada por um caráter: o algodão raro e leve que cresce nas faces do menino ganha cor e consistência. Sua voz muda, ou antes, perde-a; ele não é nem criança, nem homem e não pode ter a voz de nenhum dos dois. Seus olhos, esses órgãos da alma que nada disseram até aqui ganham linguagem e expressão; um fogo nascente os anima, seus olhares mais vivos ainda têm uma santa inocência, mas já não têm sua primeira imbecilidade; já sente que eles podem dizer demais; começar a saber baixá-los e corar; torna-se sensível antes de saber o que sente; inquieta-se sem razão para isso. Tudo isso pode chegar lentamente e ainda vos dar tempo, mas se sua vivacidade se torna muito impaciente, se seu ímpeto se transforma em furor, se ele se irrita e se entenece de uma hora para outra, se chora sem motivo, para ele, seu pulso se acelera e seus olhos se incendiam, se a mão de uma mulher pousando sobre a sua o faz tremer...*

*(Rousseau, 1999, p. 272)*

A adolescência é um período da vida humana cercado de estigmas e estereótipos: “rebelde”, “instável”, “não quer nada com nada”, “sempre do contra”, “aborrecente” são algumas das formas que se usam para se referir aos adolescentes. Esses estereótipos não são totalmente infundados. A visão naturalista e universalizante tem no psicólogo norte-americano Stanley Hall (1904) um dos precursores da ideia de adolescência como uma etapa do período evolutivo natural da humanidade fortemente marcado por crises, contradições e turbulências emocionais. Hall creditava à sexualidade a causa das várias conturbações presentes na adolescência, “muitos dos crimes e imoralidades do início da adolescência são decorrentes de um impulso cego sobre o qual a consciência é incapaz de qualquer ação” (HALL, 1904 I, 284, apud GALLATIN, 1978, p. 35).

Em 1976, outro importante estudioso do comportamento humano, Erick Erikson, definiu o conceito de crise de identidade e identificou a adolescência como uma fase de vital e indispensável ao desenvolvimento humano “só com a adolescência o indivíduo desenvolve os requisitos preliminares de crescimento fisiológico, amadurecimento mental e responsabilidade social para experimentar e atravessar a crise de identidade” (ERICKSON, 1976, p. 90).

Anna Freud, filha do considerado o pai da psicanálise, Sigmund Freud, também concebe a adolescência como um período instável e marcado por contradições. Segundo ela anormal seria a presença de um equilíbrio estável na adolescência:

Não há outra fase da vida onde se é capaz de tanto auto-sacrifício e devoção. Eles são capazes de travar as relações amorosas mais apaixonadas, e de terminá-las tão abruptamente quanto as começaram. Por um lado, eles se introduzem entusiasmamente na vida da comunidade e, por outro tem uma necessidade extrema de solidão... Seus temores oscilam do otimismo esfuziante ao pessimismo negro. Algumas vezes eles trabalham com um entusiasmo infatigável e outras, são preguiçosos e apáticos. (FREUD, 1936, Apud GALLATIN, 1978, p. 53).

Os estudos desses psicólogos foram determinantes para a visão do senso comum que a adolescência seria um período importante, confuso, instável e difícil da vida humana. No entanto, critica-se o fato dos estudos psicológicos sobre a adolescência negligenciarem o contexto social no qual o adolescente está inserido, ou como diz Ozela, “a inserção histórica do jovem e suas condições objetivas de vida” (OZELA, 2002, p. 18).

Aberastury e Kolber são autores mais recentes que não negam a influência do meio. No entanto, eles afirmam que a base dos conflitos e manifestações adolescentes está nas mudanças



físicas e psicológicas:

As condições familiares e culturais poderão mitigar, favorecer, demorar ou precipitar o desenvolvimento, mas não poderão impedir que o adolescente deva elaborar por si mesmo lutos tão importantes como os que temos assinalado. (ABERASTURY, KOLBER, 1986, p. 27)

Assim, outra vertente da psicologia busca uma visão mais ampla da adolescência, procurando considerar a abordagem histórica e social que avalia o adolescente a partir das relações que surgem no ambiente no qual vivencia suas experiências.

Calligaris reflete sobre a importância dos elementos socio-culturais para a compreensão do adolescente. Segundo ele, a adolescência existe “porque a sociedade nega em aceitar esse jovem como podendo ser responsável por seus atos.” (CALLIGARIS, 2000, p. 25) A adolescência, seria, então, uma forma de se prolongar o ingresso do jovem na vida adulta. Calligaris afirma, ainda, que o jovem está pronto para o amor, para o sexo e para o trabalho, no entanto, depende dos adultos e não consegue distinguir o que se espera dele.

Entre a criança que se foi e o adulto que ainda não chega, o espelho do adolescente é freqüentemente vazio. Podemos entender então como essa época da vida possa ser campeã em fragilidade de auto-estima, depressão e tentativas de suicídio (CALLIGARIS, 2000, p. 25).

Para Bock, pesquisadora brasileira, a adolescência é não é uma etapa do desenvolvimento, mas sim uma construção social. Acrescenta que associado ao desenvolvimento físico encontram-se significações e interpretações determinadas pelo social:

Fatos sociais vão surgindo nas relações sociais e na vida material dos homens; vai se destacando como um fenômeno social e vai apresentando suas repercussões psicológicas; vai sendo construído um significado social para esses fatos que vão acontecendo e, em um processo histórico, vai surgindo na sociedade moderna, ocidental, a adolescência (Bock, 2004. p.40).

Portanto, ao se observar o adolescente, precisamos avaliar todo o contexto social que o abriga. Somente assim, com uma visão global, é que se pode conhecer e analisar com mais segurança, os fenômenos psicossociais da adolescência.

Nesse sentido, no presente trabalho iremos considerar a adolescência um fenômeno biopsicossocial. É inegável que se trata de um período de muitas inquietações. O despertar da sexualidade traz à tona questões físicas importantes e que por muito tempo monopolizam todas as

ações do sujeito. Além dos aspectos físicos, não se pode descartar o fato de que o adolescente vivencia profundas mudanças psicológicas e está sob forte influência do meio social. Sobre a influência do meio na adolescência Bock ressalta que:

O jovem não é algo *por natureza*. São características que surgem nas relações sociais, em um processo no qual o jovem se coloca inteiro, com suas características pessoais e seu corpo. Como parceiro social, está ali, com suas características que são interpretadas nessas relações, tendo um modelo para sua construção pessoal. (Bock, 2004, p.40)

A mudança de status – o deixar de ser criança, mas ainda não ser adulto – coloca o adolescente no limbo de diversas funções sociais, tais como o trabalho, poder de consumo, postos de decisão. O adolescente fica à margem das esferas sociais, enquanto aguarda o momento de “virar adulto” e assumir seu lugar. “São considerados como se estivessem ‘de fora’ da sociedade, em um momento em que, ainda, não precisam aderir às regras sociais; estão escolhendo o que querem ser.” (CAMPOS, 2006, p. 5).

Os adolescentes, por sua vez, se adaptam muito rapidamente às mudanças às quais são submetidos e incorporam os novos hábitos, atitudes e valores. Além disso, apresentam certa propensão a reagir contra. A contínua busca pela independência faz com que os adolescentes procurem a todo custo o rompimento com qualquer vínculo infantil que ainda tenham, na maioria das vezes, os pais, o mundo adulto.

A instabilidade da adolescência prepara o indivíduo para a vida futura, a vida adulta. No entanto, essa preparação não se faz automaticamente: é a educação que prepara a criança e o adolescente para o futuro, ou seja, “é a formação escolar, de modo a garantir uma adequada inserção na vida social – sob rígido controle dos adultos, é claro, para que as buscas e inquietações não levem a ‘desvios’” (VENTURINI, 2000). Então, a preparação para a vida futura pressupõe uma sólida base educacional e o adiamento da aquisição de vários papéis sociais, tais como o trabalho, o casamento, obrigações financeiras. A partir desse ponto de vista, surge uma diferenciação de classes sociais. O adolescente de classe média, via de regra, conclui o ensino fundamental, ingressa na universidade, se especializa e aí sim sua preparação o faz assumir seu papel como adulto, trabalhador, provedor.

Para Venturini (2000) “a juventude é um período de transformações e, por isso, de buscas e definições de identidade, de valores e ideais, de modo a se comportar e agir.” É justamente

nessa instabilidade que o adolescente ingressa na Câmara dos Deputados. O Programa passa, então, a ter papel primordial na construção da identidade desse jovem. A Câmara dos Deputados passa a ser mais um ambiente social, no qual o adolescente vivenciará experiências por quase dois anos de sua adolescência. E o jovem vai se construindo como adulto a partir de valores e hábitos adquiridos, também, no ambiente no qual está inserido. O adolescente que começa a trabalhar<sup>1</sup> adquire antecipadamente novas funções sociais, como o próprio trabalho, administração financeira, administração do tempo (conciliar trabalho/escola).

Nesse sentido, os adolescentes que fazem parte do Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados são um grupo específico de adolescentes. São provenientes de família de baixa renda, começaram a trabalhar cedo, mas não interromperam os estudos, como acontece com muitos jovens de classe baixa ao ingressarem no mercado de trabalho.

O adolescente, ao ingressar no Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados se vê na situação em que adquire algumas novas responsabilidades e algum ganho financeiro, no entanto ainda não pode ser considerado livre dos vínculos e da dependência familiar, além disso, suas vidas não estão mais exclusivamente centradas nos estudos.

Portanto, o adolescente de classe baixa, justamente o objeto de pesquisa desse trabalho, é aquele que por suas condições socioeconômicas se viu impelido a antecipar seu ingresso em um novo espaço social, ingressa no mercado de trabalho, por meio de um programa de aprendizagem aos 15 anos. Não é objeto de estudo do presente trabalho analisar se sua preparação para a vida futura será interrompida. Afinal de contas, a educação formal e a família continuam cumprindo suas funções educativas. Mas surge um novo elemento nesse processo: o ambiente de trabalho, uma nova esfera social que surge e pode influenciar toda essa preparação para a vida adulta.

---

<sup>1</sup> O adolescente participante do programa não é trabalhador, é aprendiz. No entanto, como há contrato de aprendizagem, registro em carteira de trabalho, cumprimento de obrigações trabalhistas e recebimento de salário, utilizaremos o termo “trabalho” para designar as atividades práticas desempenhadas pelo aprendiz na Câmara dos Deputados.

## 2.2 O Programa

O Programa pró-adolescente faz parte dos programas institucionais da Câmara dos Deputados juntamente com o EcoCâmara, Escola de Cidadania, Parlamento Jovem, Programa de Acessibilidade de Pessoas com Deficiência, Programa Estágio-Visita, Programa de Interação Legislativa, dentre outros. A criação dos programas institucionais provém da necessidade da Instituição de aproximar o cidadão do Poder Legislativo por meio de ações de educação para a cidadania e inclusão social.

Ainda que o programa não tenha a função educativa como objetivo inicial, e sim a inclusão de jovens carentes no mercado de trabalho, não se pode deixar de lado o fato de que esses jovens estão presentes, diariamente, no locus das decisões políticas mais importantes do país. Nesse sentido, a presença diária na instituição pode ser fator determinante na formação profissional, pessoal e política desses jovens.

Cabe ressaltar que o Programa Pró-adolescente é desenvolvido na Câmara dos Deputados desde 1993. Trata-se de Programa de Aprendizagem que atende os requisitos da Lei 10.097/2000 - Lei da Aprendizagem.

Segundo o artigo 428 da Lei,

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Atualmente estão contratados 444 jovens, com idade entre 16 e 17 anos, provenientes de famílias carentes do Distrito Federal que são lotados em 108 setores no universo de 135 unidades, de acordo com o organograma da Câmara dos Deputados, considerando Lideranças Partidárias, Comissões, Diretorias, Secretarias, Departamentos, Coordenações, Assessorias, Consultorias e Centros. Ressalta-se que os adolescentes não são lotados em gabinete parlamentares.

O intuito da Lei de Aprendizagem é promover a qualificação especializada, possibilitando aos participantes colocar em prática o conhecimento adquirido no curso de capacitação profissional.

A duração do Programa de aprendizagem na Câmara dos Deputados é de 22 meses nos quais o adolescente desenvolve atividades práticas relacionadas ao curso de capacitação profissional de auxiliar de escritório e/ou serviços administrativos na forma do § 4º do art. 428 da Lei de aprendizagem: "A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho".

O Programa opera por meio de um contrato celebrado entre a Câmara dos Deputados e uma instituição sem fins lucrativos, sendo esta atualmente o Centro Salesiano do Menor – CESAM, responsável pelo processo de inscrição, seleção, contratação dos adolescentes para a Câmara dos Deputados, curso de capacitação profissional que é realizado em sua sede na Ceilândia – uma vez por semana, e ainda, pelo acompanhamento psicopedagógico dos participantes do programa. Os adolescentes permanecem na Câmara dos Deputados de segunda à sexta-feira, com jornada de trabalho de 4 horas diárias, nos horários da manhã (8 horas às 12 horas) ou da tarde (14 às 18 horas). A lei estabelece que a carga horária teórica represente 25% do total do programa e que a parte prática seja desenvolvida no ambiente de trabalho do adolescente. Como contribuição pecuniária, os adolescentes recebem um salário mínimo mensal, vale-transporte de acordo com o local de residência e vale-alimentação.

O adolescente da Câmara dos Deputados é proveniente das diversas regiões do Distrito Federal, estudante da rede pública de ensino, ou bolsista de escola particular a partir da 7ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. A renda familiar máxima exigida pelo Centro Salesiano do Menor é de meio salário mínimo per capita, o que define os participantes do programa como jovens de baixa renda. Além disso, a lei 10.097/2000 determina que seja obrigatória a frequência escolar para a permanência do aprendiz no programa de aprendizagem:

"Art. 433. O contrato de aprendizagem extingui-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:"

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;"

"II – falta disciplinar grave;"

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou"

"IV – a pedido do aprendiz."

O programa Pró-adolescente oferece, inclusive, plantão de apoio escolar, com servidores voluntários, durante o horário de trabalho para que os adolescentes consigam bom desempenho escolar.

A finalidade do Programa é oferecer ao jovem a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, desenvolver o aprendizado, o contato com novas tarefas e a qualificação especializada, auxílio na renda familiar e, sobretudo, ampliar os horizontes do adolescente com vistas a seu futuro profissional. A essência do programa é a inclusão social pelo trabalho e acredita-se que a oportunidade de exercer apoio às atividades do Parlamento Brasileiro poderá contribuir, sobremaneira, com o desenvolvimento profissional e pessoal desses jovens.

O adolescente admitido no programa desenvolve qualificação em atividades de naturezas diversas, sendo oferecida capacitação nas áreas de atendimento ao público presencial e telefônico, noções de secretariado, técnicas de recepção, arquivamento e protocolo e cursos na área de informática. O aprendiz poderá, ainda, desenvolver atividades específicas de sua lotação e além de poder acompanhar *in loco* o Processo Legislativo.

A aprendizagem concilia teoria e prática compatíveis com o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente. Exige a organização metódica das tarefas numa complexidade progressiva – da mais simples a mais elaborada. Nesse sentido, o desenvolvimento deve ser correspondente e complementar, tanto no curso teórico como no ambiente de trabalho.

A capacitação dos adolescentes é realizada em quatro módulos nos quais são abordados os temas Cidadania, Informática, Administração e Noções Básicas de Português e Matemática. O Programa de aprendizagem deverá objetivar atender às necessidades do mercado de trabalho, considerando fundamental a participação da Instituição e da família na formação dos adolescentes como pessoa, cidadão e trabalhador.

Cabe ressaltar que os módulos “Informática”, “Administração” e “Noções Básicas” são específicos e voltados para as atividades a serem desempenhadas nos setores de lotação. No entanto, o módulo “cidadania” aborda aspectos educacionais e de formação pessoal tais como conceitos relacionados à cidadania, adolescência, diversidade cultural brasileira relacionada ao mundo do trabalho, noções de direitos trabalhistas e previdenciários, noções de saúde e segurança no trabalho, direitos humanos com enfoque na discriminação por orientação sexual, políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens, educação ambiental, educação para saúde sexual reprodutiva além da prevenção ao uso indevido de álcool, tabaco e outras drogas. Assim, é assegurado ao adolescente e sua família que o programa de aprendizagem procure privilegiar a formação global do adolescente.

### 3. EDUCAÇÃO POLÍTICA

Muito se fala em uma crise de confiabilidade da população em relação às instituições democráticas e em especial ao parlamento brasileiro. Os constantes escândalos de corrupção, a lentidão do processo legislativo e a falta de vínculo entre as ações legislativas e as demandas da população são alguns dos fatores que falicitam o distanciamento da população e seus representantes no Congresso Nacional.

José Álvaro Moisés realizou em 2006 uma pesquisa nacional sobre as opiniões que os brasileiros tinham sobre assuntos políticos. Segundo a pesquisa, cerca de 30% dos entrevistados acreditava que a democracia funcionaria melhor sem o Congresso Nacional. Os partidos políticos tiveram reprovação de 80,6%, o Congresso foi reprovado por 71,9% e Deputados e Senadores receberam avaliação ruim ou péssima de 59,7% dos entrevistados.

Segundo Moisés,

O desempenho insuficiente de partidos políticos e de liderança democráticas, mas também a ineficácia das instituições de representação para canalizar demandas – tudo colabora para gerar insatisfação, desinteresse e apatia diante da política. (MOISÉS, 1995, p. 16)

A sociedade brasileira apresenta, desde o processo de redemocratização, grandes expectativas em relação ao desempenho político na solução dos problemas econômicos e sociais que o Brasil enfrenta. O povo deposita nas urnas muito mais do que votos, deposita o sonho de que o Brasil seja mesmo “o país do futuro”. E justamente quando essas expectativas são frustradas é que surge a desconfiança, a falta de interesse nos assuntos públicos e a apatia política.

A democracia depende do bom funcionamento das instituições políticas. Afinal de contas, é por meio delas que se realizam as políticas públicas. Depende, também, de cidadãos capazes de escolher os representantes que têm melhores condições de operar as instituições para que consigam atender as demandas da sociedade:

O cidadão subjetivamente competente tem mais chance de ser ativo socialmente e politicamente. Em decorrência, o governo, composto por membros de uma sociedade subjetivamente competente, tem mais chances de ser sensível às demandas da coletividade. Em outras palavras, o segredo do bom funcionamento



da democracia está na percepção individual da potencialidade de participação cidadã, mesmo que não efetivamente realizada (RIBEIRO, 2009, p. 23).

Além disso, o sistema político brasileiro fortalece o Executivo enquanto os demais poderes ficam à margem das decisões políticas. Florestan Fernandes resume a situação ao afirmar que “quando o Poder Legislativo não se exerce plenamente nos limites de suas atribuições e funções legais, ele se desgasta e se exaure” (A Folha de São Paulo, 24/12/1990). Os partidos políticos também não apresentam identidade e ideologias características, o que enfraquece ainda mais a relação entre a sociedade e as instituições políticas.

A Constituição Federal de 1988, celebrada como a vitória da democracia após anos turbulentos da história nacional, exalta os preceitos democráticos e de responsabilidade social ao enunciar os direitos e deveres dos cidadãos e do Estado. Um dos instrumentos, polêmico, mas considerado vitorioso é o reconhecimento da juventude como protagonista política com a ampliação do direito ao voto a partir dos 16 anos.

Então, o jovem de 16 anos conquistou o direito ao voto e não há dúvidas que foi uma grande conquista da democracia brasileira. Mas, estariam os jovens brasileiros preparados para a vida cidadã? Para Stuart Mill (1964) “os homens estariam fadados a enganar por falta de conhecimento”. Quanto mais informado o jovem maiores serão as chances de uma participação política mais consciente.

O potencial eleitor nasceu em um país democrático. Possui acesso à informação. Nos dias atuais, internet, mídias sociais e televisão (só para citar algumas fontes de informação) possibilitam a quem se interesse conhecer sobre qualquer assunto. No entanto, a mídia, ao enfatizar os escândalos, reforça a má imagem que os brasileiros podem ter sobre o Parlamento. Neste ponto, os jovens que participam do programa têm a oportunidade de conhecer o Parlamento pelo “lado de dentro”, e vivenciar as boas práticas políticas que não são noticiadas pela mídia.

Um dos grandes desafios da democracia é fazer os futuros cidadãos se interessarem pela política e se envolverem nos negócios públicos. Fernando Abrúcio ressalta que “A adoção de um comportamento mais ativo em prol da democracia por parte dos mais velhos é a fórmula para produzir novas gerações capazes de melhorar o Brasil”. (ABRÚCIO, 2007, p. 48)

A sociedade brasileira, especialmente a juventude, ainda precisa encontrar meios de assumir maior responsabilidade na escolha dos representantes, na fiscalização da atuação parlamentar e na cobrança por resultados que impliquem em melhorias para a comunidade e reforcem a participação política. Trata-se de um processo de empoderamento do cidadão. Somente a população tem o poder de legitimar as decisões políticas:

Os processos mediante os quais essas são formadas não apenas tornam democraticamente justificadas a opinião pública e a vontade comum; são também a fonte de legitimidade para a produção da decisão política em geral, da lei e das políticas públicas em particular. Assim, de certo modo, apenas a lei que emerge de um processo discursivo de formação da opinião e da vontade coletivas, levado a termo por cidadãos em situação de equidade de direitos, é democraticamente legitimada (GOMES, 2008, p. 71).

O processo de consolidação e fortalecimento da democracia caminha junto com o desenvolvimento da cidadania. A cultura política democrática envolve a participação política eficiente, a difusão de valores democráticos e pressupõe cidadãos atentos, informados e esclarecidos sobre direitos civis, sociais e políticos, capazes de escolher com consciência e cobrar resultados com segurança.

Almond e Verba escreveram sobre a importância da cultura política para a democracia. A cultura cívica parte do princípio de que é necessário conhecer para participar. Segundo eles, cultura política é o conjunto de atitudes, normas, crenças e valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade ou nação: “o termo cultura política refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública<sup>2</sup>” (ALMOND e VERBA, 1963, p. 12). Enfim, a cultura política de um país engloba a maneira como o cidadão se comporta perante as instituições políticas, como as forças políticas atuam e como os problemas são solucionados.

A educação política da população pode, então, tornar-se um importante instrumento no processo de consolidação e fortalecimento da democracia, ao passo que forma o cidadão ativo e participante, que passa a ingressar a esfera pública, a se sentir pertencente a uma comunidade.

Mill defende a existência de um cidadão ativo, um cidadão que escolhe seu candidato por critérios objetivos que vão além da intuição ou simpatia por determinada ideologia política, mas

---

<sup>2</sup> “The political culture of a nation is the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation”.

sim após um processo de construção de conhecimento só possível pela educação formal para o exercício da democracia.

É pela discussão política que se ensina ao trabalhador manual, cujo trabalho é rotineiro, e cuja maneira de viver não o põe em contato com qualquer variedade de impressões, circunstâncias ou ideias, que causas e acontecimentos remotos que se realizam muito longe têm efeitos dos mais sensíveis até mesmo sobre os seus interesses pessoais; e é da discussão política e da ação política coletiva que aquele cujas ocupações diárias concentram os interesses em círculo acanhado em torno de si, aprende a sentir pelos concidadãos e com eles, tornando-se conscientemente membro de grande comunidade (MILL, 1964, p. 111).

Sani define a cultura política como: “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 1983, p. 306).

A educação política ou educação para cidadania são, portanto, importantes ferramentas sociais para a valorização e consolidação da democracia. Segundo Dahl, um dos critérios essenciais para o processo democrático é a “compreensão esclarecida: dentro de limites razoáveis de tempo, cada cidadão deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas pertinentes e suas prováveis consequências” (DAHL, 2001, p. 204).

Dessa maneira, os autores citados tem em comum o enfoque da cultura política como o resultado de um processo que envolve a mudança de comportamento do individual para o social, em relação aos assuntos públicos. Novas crenças, novas atitudes, novos conhecimentos que vão se consolidando e se difundindo nas comunidades.

Sabe-se que a educação formal tem importante papel na formação política dos jovens. A informação qualificada, a oportunidade de debate de temas de importância política e social e descobrimento de formas de participação política são algumas formas em que a escola pode contribuir na formação política dos jovens.

Nesse trabalho, iremos conceber o termo educação, a partir do conceito de Benevides. Segundo ela:

Educação é a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui também a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas (BENEVIDES, 1996).

No entanto, cabe ressaltar que o sistema educacional brasileiro apresenta falhas. O currículo escolar não abarca disciplinas relacionadas à educação política desde o resquício do regime militar quando a disciplina Educação Moral e Cívica era utilizada mais como instrumento de doutrinação do que educação. Para que a educação política seja ensinada nas escolas se faz necessária uma alteração curricular, que demanda, além de tempo, de vontade política.

Destaca-se, ainda, que o recebimento da educação não garante níveis maiores de politização dos jovens. Segundo Dantas,

sabemos que o caráter quantitativo das conquistas educacionais não combinou com um aumento quantitativo das percepções cidadãs, e isso está comprovado no que diz respeito ao envolvimento do cidadão comum com a política. Escolarizar não representa, automaticamente, politizar. (DANTAS, 2011, p. 23).

Além disso, a educação formal e o acesso à informação não são suficientes. É fundamental conhecer as formas de governo, mas é preciso também internalizar valores democráticos e éticos, adquirir capacidade crítica, conhecer as formas de participação política, descobrir formas de julgar e cobrar resultados e, em especial, valorizar o sentido de pertencimento a uma comunidade.

Nesse sentido, o letramento político amplia a visão de educação formal. O letramento vai além da informação, trata-se de um processo social de formação de uma cultura política de aquisição e disseminação dos valores, ideais e práticas democráticas. Além disso, pode possibilitar ao jovem a consciência de seu protagonismo social. O adolescente passa a se sentir responsável pela mudança que deseja em sua vida comunitária e poderá abandonar a passividade de esperar soluções do governo.

Cosson define letramento político como:

Aquele que se processa no contexto da política, ou seja, a habilidade de interagir politicamente, considerando que, em uma sociedade letrada como a nossa, não há atividade ou setor social que não seja atravessado pela escrita. Também dela se depreende que não há um ponto fixo a partir do qual se diga que uma pessoa é ou não politicamente letrada, antes se trata de um aprendizado permanente que

se efetiva tanto em termos de crescimento e empoderamento individual quanto de participação social (COSSON, 2010 p. 16).

Ressalta-se que o letramento é um processo ativo de construção de conhecimentos, constante e não restrito ao currículo escolar. Ele passa pela escola, mas também pela família e pela sociedade como um todo. O letramento acompanha o indivíduo na aquisição e elaboração dos novos conceitos e valores fundamentais para o cidadão e sua comunidade, tais como a busca pela igualdade, dignidade, respeito e solidariedade. Trata-se de um processo contínuo sem começo, meio ou fim.

O letramento político não concebe a política como uma relação Estado/Sociedade. A vida política abriga o cotidiano do cidadão e suas relações comunitárias. Os temas englobam princípios éticos que acabam por trazer melhorias na qualidade de vida do cidadão, e a incorporação de valores e práticas democráticas:

envolvem o reconhecimento do outro, formas de soluções pacíficas de conflitos, atuação coletiva e colaborativa, responsabilidade social e moral, participação ativa e responsável na promoção do bem comum da comunidade. (COSSON, 2010, p. 16)

Em suma, letramento político não é a simples aquisição de conhecimento. É o trazer para a vida cotidiana experiências e vivências que são compartilhadas, é a elaboração e assimilação de novos valores e crenças, que durante o processo acabam por operar transformações individuais, sociais e culturais. É tirar a política dos corredores do Congresso Nacional e trazer para o dia a dia das famílias. O letramento político é, portanto, um ideal a ser perseguido e vivenciado, assim como a democracia. São os ideais que promovem a constante busca pelas condições que favoreçam a constante evolução do cidadão e do próprio processo democrático.

Nesse momento, cabe uma breve explicação a respeito da construção das representações sociais. A psicologia social enfoca a relação do indivíduo com a sociedade e a maneira pela qual ele constrói suas representações sociais (conhecimento a partir de sua inscrição social, cultural) e de como a sociedade constrói esse conhecimento com o sujeito. Ou seja, a interação sociedade/indivíduo na construção da realidade, o processo de comunicação na elaboração do conhecimento. O conceito utilizado neste trabalho parte da pesquisadora francesa, Denise Jodelet, segundo a qual:

Representação Social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2001, p.22).

O conhecimento está em constante transformação devido à velocidade da informação. Assim, a representação social não é uma cópia da realidade, mas sim, uma versão dela. Bem como a realidade se transforma, a representação também é um processo dinâmico. A representação social, nada mais é do que fruto da comunicação, fala-se do que se está falando. E nesse processo, o indivíduo é ativo e criativo, ou seja, participa ativamente do processo de construção da representação.

Nesse sentido, pode-se inferir que o processo de construção do conhecimento a cerca dos conceitos políticos e a aquisição de valores e atitudes democráticas, sofre, durante a adolescência, influência da família, escola e mídia. O que os adolescentes sabiam ou pensavam, antes de ingressar no Programa, sobre o Poder Legislativo é oriundo de uma construção social, um ‘senso comum’.

## 4. PESQUISA

### 4.1 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de identificar as principais representações sociais construídas pelos participantes do Programa sobre política, democracia, Câmara dos Deputados e atuação dos parlamentares. Além disso, pretendeu-se identificar se a presença diária na Câmara dos Deputados tem algum impacto na formação política dos adolescentes.

O método escolhido para a coleta de dados foi o Grupo Focal. A opção por esta técnica de pesquisa qualitativa foi feita com base em estudos que apontam que o grupo focal é o instrumento de pesquisa qualitativa que permite “favorecer a livre expressão dos pensamentos e sentimentos dos informantes, permitindo emergir os significados relacionados ao tema” (Gui, p. 3). Portanto, a condução da pesquisa será em torno de uma perspectiva qualitativa expressa na fala dos participantes, na qual não se buscará o consenso, mas sim a pluralidade de ideias.

Grupo focal é a técnica de pesquisa que mais se aproxima das representações sociais. “O processo de construção das representações sociais perpassa pelo processo social da comunicação e do discurso, ao longo do qual os significados e objetos sociais são construídos e elaborados” (Wagner, 1999, p. 149).

O grupo focal não tem como objetivo a simples coleta dos dados, mas sim a percepção dos significados na medida em que emergem das reflexões e discussões do grupo sobre os temas propostos. É a partir da interação entre os integrantes do grupo que os resultados mais significativos podem surgir.

Segundo Sá, a grande vantagem do grupo focal reside em no fato de que:

A técnica de certo modo simula as conversações espontâneas pelas quais as representações são veiculadas na vida cotidiana. Em que pese certo grau de artificialidade, os grupos focais podem fazer emergir uma boa quantidade dos mesmos temas e argumentos que fariam parte de uma conversação sobre o assunto no ambiente natural (SÁ, 1998 p. 93) .

Portanto, o grupo focal se revela como o instrumento de pesquisa mais conveniente para observar a interação entre os adolescentes a respeito dos tópicos. E é justamente a interação, na qual o adolescente poderá defender sua opinião, influenciar a opinião dos demais e até mesmo mudar de opinião, que possibilitará aos participantes *insights* sobre os temas, dando continuidade ao processo de construção social que ocorre no cotidiano dos mesmos.

A técnica apresenta protocolos que foram cumpridos na realização das reuniões. O Grupo Focal é coordenado por um moderador que tem a função de conduzir e manter o foco das discussões. Deverá ouvir as respostas e estimular a participação dos mais tímidos, sem, no entanto, emitir opiniões. Deve estar atento aos comportamentos verbais e não verbais dos participantes.

O universo de adolescentes participantes do Programa Pró-adolescente da Câmara dos Deputados é de 444 jovens. Dada à complexidade de se trabalhar com todos os elementos da população, decidiu-se por uma amostra estratificada. Segundo Gil, “amostragem estratificada caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada”. (GIL, 1987, p. 110). Portanto, foram entrevistados adolescentes de ambos os sexos, lotados tanto na área administrativa, quanto na área legislativa e com escolaridade desde a 7ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.

Cabe ressaltar que a pesquisa não tem a pretensão de determinar as mudanças sociais que os adolescentes apresentam a partir do momento em que iniciam o programa de aprendizagem na Câmara dos Deputados, visto que o Programa tem um prazo de duração relativamente curto (2 anos) e, como observa Kerlinger, “uma das grandes dificuldades em estudar os efeitos de longo alcance da escolarização e de programas ou mudanças sociais é a dificuldade que os pesquisadores tem em seguir as pessoas ao longo do tempo.” (KERLINGER, 1979, p. 166).

## **4.2 Desenvolvimento da Pesquisa**

Em janeiro de 2012 os adolescentes lotados na Câmara dos Deputados foram catalogados da seguinte maneira:

Meninas lotadas na área administrativa 23%

Meninos lotados na área administrativa 34%



Meninas lotadas na área legislativa 19%

Meninos lotados na área legislativa 24%

Com o intuito de preservar a maior representatividade possível, foram convidados para participar dos grupos focais adolescentes com pelo menos seis meses de ingresso no Programa, 230 adolescentes e representantes dos grupos acima identificados. Segundo Kerlinger, “se a amostra for sem dúvida representativa, então, os resultados obtidos por meio dela podem ser generalizados para toda a população.” (KERLINGER, 1979, p. 171)

Cada sessão de grupo focal foi planejada de modo a abranger os objetivos da pesquisa e possibilitar o desenvolvimento das discussões. Para tanto foram elaboradas cinco questões de orientação para serem utilizadas durante a realização da sessão. As questões foram elaboradas com o intuito de explorar os tópicos a serem pesquisados e ter acesso à cultura dos participantes. Cada sessão teve em média de uma hora e meia de duração e foram realizadas duas sessões, uma em cada turno.

### **4.3 Realização do Grupo Focal**

Foram realizados dois grupos focais, um em cada turno. Os grupos foram coordenados pela pesquisadora e as sessões foram gravadas em áudio e vídeo. A pesquisadora não fez anotações durante as sessões, mas observou atentamente os comportamentos verbais e não verbais dos participantes.

Os grupos foram realizados na sala de reuniões da Coordenação de Recursos Humanos, que acomodou confortavelmente os participantes. A duração média de cada sessão foi de uma hora e meia. E ao final foi oferecido um lanche aos participantes. As sessões seguiram o planejamento prévio e contaram com uma explicação inicial sobre os objetivos da pesquisa, solicitação de autorização de gravação em áudio e vídeo, *rapport* inicial, em que os participantes se apresentavam e exposição das seis questões de orientação.

Foram pré-selecionados para a participação no grupo focal os adolescentes que tivessem ingressado no Programa há pelo menos seis meses. Após esse corte inicial a pesquisadora dividiu os adolescentes por sexo e área de lotação e turno de trabalho. Foram selecionados 20 adolescentes por turno. Os adolescentes foram contatados por telefones e convidados para

participar da pesquisa. Aos que aceitaram o convite foi realizado um segundo contato para confirmação do dia, local e horário da reunião. No turno vespertino compareceram sete adolescentes e no turno matutino nove.

Os participantes do grupo focal matutino foram:

1. Menino – Departamento de Pessoal
2. Menina – Coordenação de Inativos
3. Menina – Comissão de Constituição, Justiça e Redação
4. Menino – Liderança do Partido Verde
5. Menino – 2ª Vice-Presidência
6. Menina – Centro de Documentação e Informação
7. Menino – Departamento de Finanças
8. Menino- Seção de Cargos de Natureza Especial
9. Menina – Serviço de Administração do Departamento de Comissões

Os participantes do grupo focal vespertino foram:

1. Menina- Protocolo-geral
2. Menina - Coordenação de Recursos Humanos
3. Menino – Diretoria Legislativa
4. Menino – Diretoria-Geral
5. Menina – Liderança do PT
6. Menino – Coordenação de Equipamentos
7. Menino – Coordenação de Seguridade Parlamentar

Os adolescentes aparentavam estar apreensivos em relação a acertarem as respostas, chegaram inclusive a verbalizar “*o que acontece se eu errar?*”. A pesquisadora ressaltou que o importante eram as reflexões e que não seriam feitas perguntas que exigissem respostas certas. Reforçou também que a participação no grupo seria voluntária e que todos poderiam se abster de responder a qualquer um dos questionamentos. Nos primeiros momentos do grupo, nos dois turnos, os participantes se olhavam e riam antes de falar.

No grupo focal realizado pela manhã, os participantes autorizaram a gravação em vídeo, mas um participante solicitou que não aparecesse sua imagem. A pesquisadora, então, direcionou a câmera para a parede e reforçou que o importante eram as reflexões e que nenhuma adolescente iria aparecer na gravação, somente a voz e as respostas. A partir desse momento, o grupo ficou menos tenso, e a discussão fluiu de forma mais tranquila.

## ROTEIRO

<p>1. Vocês se informam sobre os acontecimentos políticos?</p>	<p>Eleições, ideologias partidárias, crises, escândalos, propostas, ações políticas eficazes?</p> <p>Se sim? Como? Noticiários? Sala de aula? Conversas com os pais? Conversas com os amigos? Pela internet? Com os chefes? Colegas de trabalho?</p> <p>Se não? Por quê?</p>
<p>2. Vocês acham que a política tem alguma relação com a sua vida?</p>	<p>Participam de algum grêmio, ONG, movimento social?</p>
<p>3. Já conversou com algum agente político sobre os problemas da sua comunidade?</p>	<p>Consegue pensar em algo que traria melhorias para sua vida em comunidade (escola, segurança, saúde, lazer)</p> <p>Como se sente quando não consegue atendimento em um hospital público, por exemplo?</p>

<p>4. Como você explicaria para um amigo o que é a Câmara dos Deputados?</p>	<p>Você sabe qual o trabalho dos parlamentares?</p> <p>Como se sente em relação à Câmara?(gosta, tem orgulho, tem vergonha)</p> <p>Como reage quando ouve expressões pejorativas em relação à Câmara dos Deputados?</p> <p>Por que, em sua opinião, a Câmara tem uma imagem ruim junto à população?</p>
<p>5. Depois que você começou a trabalhar na Câmara mudou alguma coisa no seu interesse pela política? Você sabia alguma coisa de política ou sobre a Câmara dos Deputados antes de vir trabalhar aqui?</p>	<p>Você procura mais informações</p> <p>O que você pensava da Câmara e da Política antes?</p> <p>O que você pensa agora?</p> <p>Você concorda com a imagem que a mídia passa da Câmara?</p> <p>O que você achava dos deputados?</p> <p>Como você vê o trabalho dos parlamentares agora?</p>
<p>6. O que faz um jovem se interessar por política?</p>	<p>- você conhece algum jovem que goste de política?</p> <p>Por que acha que ele age assim?</p> <p>O que faria você se interessar por política?</p>

## 5. OS DADOS

### 5.1 Considerações Preliminares

Os dados obtidos por meio de grupo focal refletem as representações e experiências discutidas pelos participantes, com ênfase nas ideias coletivas sobre os temas discutidos. Observou-se que os dados dos dois grupos focais foram bastante similares, então na categorização dos dados não houve distinção entre os grupos.

De acordo com Wagner,

mesmo que indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social possam ser bastante diferentes em termos de suas personalidades, eles se aproximam uns dos outros no que diz respeito à estrutura básica de sua experiência social comum, de seu pensamento e de sua ação. Eles são similares com respeito ao *habitus* que incorporaram, bem como com respeito aos padrões de linguagem e racionalização que compartilham, isto é, com respeito às suas representações sociais (WAGNER, 1999, p. 173).

Uma das peculiaridades segundo Gomes, é “a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema” (GOMES, 1993, p. 79). A abordagem qualitativa se caracteriza pelo enfoque no conjunto de opiniões do que na totalidade da fala dos participantes.

Outro ponto a se considerar é que raramente se chega a um consenso e que a diversidade de opiniões dentro de um grupo relativamente homogêneo é esperada. O objetivo da análise qualitativa é ir além da descrição, a análise parte da decomposição dos dados e vai ficando mais consistente à medida que se busca relações entre as partes examinadas.

Portanto, o que mais importa são o processo, as discussões, as reflexões e os *insights*, e não os resultados, os dados são inter-relacionados e agrupados. A interpretação é a busca pelo sentido na fala do participante.

A análise dos dados obtidos nos grupos focais foi realizada utilizando-se as técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Bardin define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas)

destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

A escolha pela análise de conteúdo se deu por se tratar de técnica e procedimentos de descrição de conteúdos que permitem aprofundar a compreensão das representações expressas na fala dos adolescentes. De acordo com Gomes “através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (GOMES, 1993, p. 84).

## **5.2 Análise de Conteúdo**

O método utilizado para a análise e interpretação dos dados foi a “análise de conteúdo” (BARDIN, 1979). O primeiro momento foi dedicado à organização e separação dos dados obtidos nos grupos focais. Foram realizadas as transcrições das gravações das sessões, seguido de uma leitura sem análise ou categorização das respostas. Essa primeira leitura proporcionou um contato geral com as respostas dos adolescentes.

Após essa fase inicial, o texto foi submetido a um estudo mais aprofundado e relacionado com as bases teóricas da pesquisa. Tratou-se de um processo de desmontagem do texto, no qual ele foi transformado em unidades menores que possuíssem relação com o objeto de estudo. As unidades de contexto “contexto do qual faz parte a mensagem” (GOMES, 1993, p. 87) foram retiradas do texto e catalogadas como unidades de registro “elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem” (idem). São esses fragmentos considerados pela pesquisadora como significativos e fundamentais para a construção das tabelas de categorização, de acordo com os tópicos.

As categorias englobam núcleos semânticos formados a partir da fala do grupo que apresentaram significado para o objetivo da pesquisa. Gomes (2001, p. 89) propõe a utilização de três princípios para a categorização dos dados: princípio único de classificação, permissão exaustiva e exclusão mútua. Ou seja, uma resposta não poderá ser inserida em duas ou mais categorias.

A categorização dos dados permitiu a análise dos mesmos com o objetivo de identificar as representações sociais relacionadas aos objetivos da pesquisa.

Portanto, a partir do minucioso trabalho de análise dos dados, chegou-se às seguintes categorias temáticas.

- Informação e opinião pessoal prévia acerca dos Deputados/legislativo.
- Participação em processos democráticos/cidadania.
- Opinião pessoal atual acerca dos Deputados/legislativo.
- Indicativos de mudança na visão
- Percepção do papel do Programa Pró-Adolescente para a mudança.

Finalmente, a pesquisadora se permite refletir sobre o estudo, trata-se da conjunção da subjetividade da pesquisadora com o material empírico da pesquisa. A inferência, anterior à interpretação, ocorre quando “deduzimos de maneira lógica algo do conteúdo que está sendo analisado” (GOMES, 1993, p 89). A partir da fase de inferência, a fundamentação teórica da pesquisa foi primordial. A última fase da análise dos dados é a interpretação, propriamente dita. Nessa fase, a reflexão torna-se mais ampla e busca-se relacionar os objetivos da pesquisa com os resultados obtidos.

Ressalta-se que as frases utilizadas para exemplificar as categorias foram transcritas do grupo e estão diferenciadas do texto padrão pelo uso do itálico.

### 5.3 Dados

#### INFORMAÇÃO E OPINIÃO PESSOAL PRÉVIA ACERCA DOS DEPUTADOS/LEGISLATIVO

*“não sabia nada sobre a Câmara, só o que passa na Televisão.”*

*“Tem gente que pensa que só tem ladrão, eu mesmo pensava isso, mas quando eu comecei a trabalhar aqui vi gente que trabalha para sustentar a família, gente direita, não é só ladrão.”*

*“Antes eu pensava que ninguém aqui fazia nada”*

*“eu sei em quem meu pai e minha mãe votam – ela fala que vai votar nesse daqui porque esse daqui é legal”*

*“Na época das eleições presto mais atenção na política”*

*“minha mãe adora política, mesmo se eu não quiser ela fala e eu tenho que ouvir.”*

*“nem sempre a gente conversa, política é chata.”*

*“minha mãe passa um tempo planejando em quem vai votar e no dia ela muda.”*

*“Ladrões.”*

#### PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS DEMOCRÁTICOS

*“A política tem um pouco a ver com a nossa vida”*

*“todos nós temos uma visão sobre a política e na minha opinião a política faz parte da nossa vida sim, temos opiniões sobre muita coisa, só que muitas das vezes não são adquiridas as nossas sugestões”.*

*“já conversei sobre problema na minha cidade.”*



*“Não participo do grêmio da escola, mas é uma forma de política – de conseguir as coisas na escola”.*

*“Eu acho que a gente não tem como resolver as coisas, eles podem ouvir, mas não vão fazer o que a gente quer.”*

#### OPINIÃO PESSOAL ATUAL ACERCA DOS DEPUTADOS/LEGISLATIVO

*“O Trabalho deles é criar leis, votar leis, tem mais coisas, mas não sei.”*

*“Falam que vai fazer uma coisa, mas não faz.”*

*“Gasta o dinheiro todinho e vai viajar.”*

*“Representam o povo de todo mundo, eu acho que eles tinham que representar mais, eles não se mostram, assim que nos vê (sic) é só pegando o dinheiro, não representa o povo direito.”*

*“Os Deputados só pensam neles.”*

*“Tem uns bons que faz(sic) o trabalho direito, dá pra ver, não tanto o que eles estão fazendo, o ruim é que eles podem fazer coisas boas, contribuir, mas muitos roubam.”*

*“Eu acho que eles têm um grande poder na mão de servir a sociedade, mas acabam não servindo.”*

*“Eles só mostram o que fazem na época das eleições.”*

*“Eu acho assim: os Deputados fazem coisas boas, mas tem muita corrupção – o que deixa a gente confuso – a gente pensa uma coisa e eles fazem outra.”*

*“tenho uma certa noção do que eles fazem , mas não sei.”*

*“eles são pagos pra melhorar nossa vida, nossa cidade.”*

*“Alguns se salvam.”*

*“Os Deputados que eu trabalho não são ladrões.”*

*“Eles podiam mentir menos.”*

*“Não representam o povo.”*

*“Eles só pensam neles”*

*“Eles deveriam parar de fazer tantos comerciais enganosos e mentirosos.”*

*“Eles só querem o dinheiro do povo.”*

*“Mas é o povo que decide quem por no poder.”*

*“Podem fazer mais projetos e se mostrar mais pro povo, saber que a Câmara está trabalhando”.*

#### INDICATIVOS DE MUDANÇA NA VISÃO

*“A mídia só coloca o lado ruim, nunca coloca um fato bom.”*

*“Você ouve a rádio Câmara, a TV câmara, só de trabalhar aqui você já tem informação política.”*

*“Política tinha que ser fazer o bem para todos.”*

*“A política é uma arma que os políticos usam pra roubar”*

*“Eu acho que a política é uma forma de cuidar do país, da maneira que eles acham melhor para cada cidadão, isso é a gente gostando ou não.”*

*“A única coisa legal na política é discutir ideias e defender seu ponto de vista.”*

*“Tem uns bons que faz (sic) o trabalho direito, dá pra ver, não tanto o que eles estão fazendo, o ruim é que eles podem fazer coisas boas, contribuir, mas muitos roubam.”*

*“Nem todo mundo aqui é ladrão, a mídia fala no geral, mas só rouba um ou outro.”*

*“A mídia influencia muito, se ela mostrasse as coisas boas que saem daqui, a imagem da Câmara podia ser boa.”*

*“A TV não fala coisa boa, só fala mal da Câmara dos Deputados.”*

#### PERCEPÇÃO DO PAPEL DO PROGRAMA PARA A MUDANÇA

Não conversam com os colegas da Câmara dos Deputados

*“Agora estou no meio da política, alguma coisa muda no meu jeito de pensar.”*

*“De vez em quando eu entro no Portal da Câmara dos Deputados para ver se tem notícia boa: aumento de salário, por exemplo.”*

*“O pessoal do setor também comenta e você já vai pegando”*

*“Alguns se salvam”*

*“Aqui é bem tranquilo, o povo lá fora xinga e briga e a gente fica indeciso”*

*“Trabalhar na Câmara não é motivo de vergonha por que da Câmara sai(sic) muitos projetos bons para nós, não é só coisa ruim que sai daqui.”*

*“Quando sai na TV que os Deputados são corruptos eu tenho vergonha de trabalhar aqui”*

*“A gente não tem contato direto com Deputados.”*

*“Nem tudo que passa na TV sobre a Câmara é verdade”*

*“Aqui eu aprendo mais sobre política, tem mais convívio”.*

*“Na minha seção os deputados vão rapidinho, não dão nem bom dia”.*

*“Os servidores falam sobre política e a gente fica só ouvindo”*

*“Antes eu pensava que ninguém aqui fazia nada.”*

## 6. ANÁLISE DOS DADOS

### 6.1 Informação e Opinião Pessoal Prévia acerca do Legislativo/Deputados

Pela pesquisa, pode-se observar que os adolescentes tinham pouca, ou nenhuma informação sobre o Legislativo. A principal fonte de informação dos jovens é a mídia, em especial a televisão. No entanto, segundo os relatos, os adolescentes não são ativos na busca por notícias sobre política, ao contrário, são expostos à informação sem qualquer qualificação da mesma.

*“se a TV estiver ligada no jornal, eu assisto.”*

*“presto mais atenção quando tem notícias sobre os ladrões políticos”*

*“nem sempre a gente conversa, política é chata.”*

A cultura política desses jovens - valores, orientações e atitudes políticas - estava restrita aos escândalos de corrupção noticiados pela mídia e às conversas familiares. Os adolescentes relatam que conversam com os pais sobre os ‘corruptos’ e sobre os candidatos, em especial no período eleitoral.

*“eu sei em quem meu pai e minha mãe votam – ela fala que vai votar nesse daqui porque esse daqui é legal, e explica por que os outros não são.”*

*“minha mãe adora política, mesmo se eu não quiser ela fala e eu tenho que ouvir.”*

A família tem, então, importante papel na construção dos valores políticos dos adolescentes. A escola, por sua vez, não colabora na função de formar cidadãos. Os adolescentes relataram que, com algumas exceções nas aulas de história do Brasil, não há nenhum tipo de conteúdo político no currículo escolar.

Sobre a importância da educação política no currículo escolar, Dantas questiona que:

o indivíduo, a despeito de suas escolhas futuras, será um eleitor, e encontrará com as urnas compulsoriamente durante 52 anos, dos 18 aos 70 anos de idade. E a imensa maioria dos brasileiros nunca será formalmente orientada acerca da relevância e do funcionamento das eleições e da democracia como um todo? (DANTAS, 2010, p. 6).

A lacuna da educação política nas escolas se reflete no desconhecimento dos adolescentes em relação às diferenças ideológicas e partidárias, funções do Poder Legislativo e atividades parlamentares. Ressalta-se o contexto em que o adolescente de 15 anos, tinha pouco, ou nenhum interesse nos temas políticos. Estava imerso em suas questões físicas, psicológicas, escolares e sociais. Assim, dificilmente, o adolescente procura por si mesmo informações sobre política, eles devem ser estimulados pela escola e pela família a construir seu saber político.

Nessa categoria, mais uma vez, as representações sociais dos adolescentes sobre os deputados e o legislativo refletem o senso comum das comunidades em que vivem. Portanto, não chega a ser surpresa que os adolescentes tivessem má impressão sobre os parlamentares e o parlamento até o momento de seu ingresso no Programa.

Diversos estudos apontam para o fato de que o Congresso Nacional não conta com a confiança dos brasileiros (RIBEIRO, 2009, p. 14). Entre 2005 e 2006 os membros do Congresso Nacional foram objetos de dois dos três maiores índices de reprovação ao desempenho dos parlamentares nas pesquisas do Instituto Data Folha desde os anos 90 – e o Congresso nacional apresentou os piores índices de confiança do período – 15% Senado Federal; 13% Câmara dos Deputados (AMB 2007).

A televisão é instrumento de diversão e entretenimento popular, além disso, é pelos telejornais e programas de televisão que a maioria da população brasileira se informa sobre os acontecimentos sociais, econômicos, políticos, esportivos, etc. Portanto, pode se deduzir que a televisão é, em grande parte, responsável pela formação da opinião pública brasileira. Sendo a democracia moderna entendida como um governo de opinião, a televisão torna-se ator principal do jogo político.

A jornalista e servidora da Câmara dos Deputados, Malena Rodrigues (2002) ressalta o poder que a mídia exerce sobre o Congresso Nacional. “Uma razão da crise da democracia é a baixa influência popular”. Segundo Rodrigues, o cidadão brasileiro não se sente representado pelos políticos, em quem não confia, tampouco tem identificação com os partidos políticos, que não apresentam programas que consigam atender as demandas populares. A mídia ocupa o espaço deixado pela ausência de representatividade e passa ela própria a representar a sociedade, porém não necessariamente pautada pelo interesse público e o bem comum.

Portanto, os adolescentes, oriundos dessa sociedade que não acredita no parlamento, e cuja principal fonte de informação política é a televisão, introjetaram o pensamento de descrédito no parlamento. É perceptível na fala desses jovens a visão de um Congresso Nacional corrupto e ineficiente. Esse ceticismo dos adolescentes perante aos processos políticos se traduz na incapacidade de utilizar os instrumentos políticos na busca pela solução de problemas sociais.

*“Eu estava no ônibus, de uniforme, e um cara falou: você trabalha em um prédio cheio de ladrões! E todo mundo começou a rir, eu fiquei com vergonha.”*

*“Os Deputados só pensam neles.”*

## **6.2 Participação em Processos Democráticos**

Os adolescentes analisados ainda não incorporaram o hábito de participação em processos democráticos. Nenhum dos participantes dos grupos focais relatou participar de movimento social, ONG, movimento religioso ou grêmios escolares. No entanto, percebem a relação da política com a vida cotidiana, ainda que não a usem como uma forma de se conseguir melhorias na qualidade de vida da comunidade.

*“Não participo do grêmios da escola, mas é uma forma de política – de conseguir as coisas na escola”.*

De acordo com pesquisa realizada pelo IBASE em 2005,

Os (as) jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis. No entanto, ações coletivas juvenis deixam de ser notadas ou valorizadas devido ao caráter descontínuo, tópico e muito frequentemente desprovido de ideologias facilmente reconhecidas – esquerda e direita, por exemplo – do qual se revestem. Entretanto, as novas formas e temas pelos quais os (as) jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política. (IBASE, 2005, p. 9)

Nesse sentido, o desinteresse pelos assuntos políticos se reflete na participação. Nenhum dos adolescentes entrevistados possui título de eleitor e todos afirmaram que só irão votar quando forem ‘obrigados’. Essa passividade pode estar relacionada ao momento de estabilidade política

e econômica no qual o Brasil se encontra. Os jovens dos anos 60 e 70, durante o governo militar, foram conhecidos pelo engajamento político, e mais recentemente, os ‘cara-pintadas’ foram às ruas protestar após uma série de escândalos e denúncias de corrupção envolvendo o próprio presidente, Fernando Collor de Melo, que culminou, inclusive na abertura de um processo de impeachment em 1992. Percebe-se, portanto, que os contextos sociais promoviam maior motivação à participação do que atualmente.

No entanto, ressalta-se que mesmo que os jovens apresentem uma imagem negativa do ambiente político, de estarem desmotivados para se envolverem em atividades comunitárias e políticas e de não se sentirem protagonistas políticos, eles acreditam que a política e a democracia são os melhores caminhos para se resolver os problemas de suas comunidades.

*“todos nós temos uma visão sobre a política e na minha opinião a política faz parte da nossa vida sim, temos opiniões sobre muita coisa, só que muitas das vezes não são adquiridas as nossas sugestões”.*

*“Eu acho que a gente não tem como resolver as coisas, eles podem ouvir, mas não vão fazer o que a gente quer.”*

A política é tida, por esses jovens, como assunto de governo, sem relação com a vida pessoal deles, uma das causas dessa visão pode ser a ausência da educação política nas escolas. Assim, somente a educação política poderá mudar esse quadro de desinteresse e pouca participação política. Falta ao adolescente se enxergar como protagonista de sua vida política. Sabedor e conhecedor de seus direitos, e das possibilidades de participação e atuação, o jovem se percebe como um ator importante na solução dos problemas de sua comunidade: “O objetivo é que os jovens possam ir construindo sua autonomia, através da prática, da situação real, do corpo-a-corpo com a realidade, a partir da participação ativa, crítica e democrática em seu entorno social”. (COSTA, 2007)

### **6.3 Opinião Pessoal Atual acerca dos Deputados/Legislativo**

Não é o fato de estarem diariamente na Câmara dos Deputados que faz com que a opinião dos adolescentes a respeito dos parlamentares e do legislativo mude. A informação que chega até o adolescente vem de forma difusa. O programa não tem nenhum tipo de atividade voltada para a

educação política, como nos programas educacionais da casa, Parlamento Jovem, estágio-visita, por exemplo.

Ainda assim, percebem-se mudanças nas representações sociais dos adolescentes. Eles apresentam um pouco mais de conhecimento sobre a atuação parlamentar, ainda muito focada na produção legislativa e alguma noção sobre o papel representativo do parlamentar:

*“O Trabalho deles é criar leis, votar leis, tem mais coisas, mas não sei.”*

*“Representam o povo de todo mundo, eu acho que eles tinham que representar mais, eles não se mostram, assim que nos vê (sic) é só pegando o dinheiro, não representa o povo direito.”*

*“tenho uma certa noção do que eles fazem , mas não sei”*

Essa visão dos adolescentes faz parte das representações sociais que o Brasileiro, em geral, tem a respeito do Parlamento e que acabam por contribuir pela má reputação do Parlamento. Segundo Cosson,

Quando as pessoas pensam em Legislativo, elas pensam apenas na função legiferante, no número de leis aprovadas. Essa é uma visão equivocada e limitada da função do Parlamento. Com isso, grassa na sociedade e no próprio Legislativo uma visão apequenada do que é o Legislativo, uma visão que diminui o seu papel na sociedade. (COSSON, P. 14)

Apesar de não terem votado nas últimas eleições, percebe-se pela fala dos adolescentes que a representação política passa uma crise de legitimidade. Os eleitores não se sentem representados, visto que os interesses dos políticos são diversos dos interesses da comunidade. Essa perda de legitimidade também é um fato preocupante para a estabilidade da democracia. Segundo Dantas: “o representante deve representar da melhor forma possível, agindo sob preceitos legais e legítimos – lembrando que essa legitimidade demanda um caráter democrático e republicano” (DANTAS, 2010, p. 6).

*“não representam o povo.”*

Cabe ressaltar que os adolescentes ainda estão muito focados nos casos de corrupção e nas promessas de campanha não cumpridas. A imagem do parlamentar dificilmente é desvinculada dos escândalos noticiados pela mídia. Somente o correto funcionamento da



Instituição, em uma perspectiva de longo prazo, poderá corrigir a imagem negativa construída pela população.

*“Gasta o dinheiro todinho e vai viajar”*

*“Eles podiam mentir menos.”*

*“Eles deveriam parar de fazer tantos comerciais enganosos e mentirosos.”*

*“Eles só querem o dinheiro do povo”*

*“Quando sai na TV que os Deputados são corruptos eu tenho vergonha de trabalhar aqui”*

Outro ponto percebido pela pesquisa é o fato de os adolescentes começarem a desenvolver, ainda que bem discreto, senso crítico, especialmente ao se depararem com uma realidade (o dia a dia do Congresso Nacional) diferente daquela que passa na televisão. Portanto, os adolescentes não são tão alheios aos acontecimentos políticos. Eles podem não ter muitas informações ou conhecer as formas de participação, mas possuem opinião crítica a respeito da generalização proposta pela mídia.

*“Eu acho assim: os Deputados fazem coisas boas, mas tem muita corrupção – o que deixa a gente confuso – a gente pensa uma coisa e eles fazem outra.”*

*“Tem uns bons que faz (sic) o trabalho direito, dá pra ver, não tanto o que eles estão fazendo, o ruim é que eles podem fazer coisas boas, contribuir, mas muitos roubam.”*

*“Os deputados que eu trabalho não são ladrões.”*

Alguns adolescentes também ressaltaram a importância da transparência para uma melhor imagem do parlamento. A transparência é condição essencial para que o cidadão consiga acompanhar os trabalhos de seus representantes e cobrar deles os resultados esperados.

*“Eles só mostram o que fazem na época das eleições.”*

*“Podem fazer mais projetos e se mostrar mais pro povo, saber que a CD está trabalhando”.*

Nesse sentido, a transparência nos remete ao conceito de *accountability*, um instrumento de transparência que permita a fiscalização e a prestação de conta dos atos dos membros do Poder Público a seus representados, em outras palavras, seria uma maneira da população controlar e fiscalizar os agentes públicos. Mesmo que a *accountability* ainda não seja uma realidade no Brasil ou que seja como diz Luís Felipe Miguel “uma pálida efetivação na prática política” (2005, p. 27). A sociedade brasileira precisa encontrar espaço e meios para se impor no sentido de resguardar o interesse coletivo e o bem comum, além de cobrar resultados e responsabilidade dos atores políticos.

Miguel ainda ressalta que o bom funcionamento da *accountability* vertical exige o empoderamento dos cidadãos, o que se dá por meio da educação política, “provisão de informação adequada e plural” (2005, p. 29) e participação mais efetiva dos diferentes grupos da população, inclusive nas esferas decisórias.

*“Mas é o povo que decide quem pôr no poder.”*

Os adolescentes demonstram orgulho da Câmara, enquanto emprego, local de trabalho, desvinculada da imagem política. Além disso, a representação social Câmara/Deputados/Servidores totalmente vinculada à corrupção e à ineficiência dos serviços públicos está se modificando.

*“Antes eu pensava que ninguém aqui trabalhava”*

*“Tem gente que pensa que só tem ladrão, eu mesmo pensava isso, mas quando eu comecei a trabalhar aqui vi gente que trabalha para sustentar a família, gente direita, não é só ladrão”*

*“Aqui é bem tranquilo, o povo lá fora xinga e briga e a gente fica indeciso”*

*“Trabalhar na CD não é motivo de vergonha por que da Câmara sai muitos projetos bons para nós, não é só coisa ruim que sai daqui.”*

## 6.4 Indicativos de Mudança na Visão

Os indicativos de mudança na visão dos adolescentes são muito tênues. Eles já dizem buscar informações em novas fontes, como as mídias institucionais, TV, Rádio e Portal da Câmara dos Deputados, que oferecem uma notícia mais completa e menos influenciada por interesses econômicos e eleitorais:

espera-se que a comunicação de massa contemporânea alargue a esfera pública, intensifique a visibilidade ao mesmo tempo em que preserve níveis pregnantes de debate público, proporcione informação política qualificada para a comunicação pública, colabore na mobilização ou na formatação de questões sociais relevantes no e para o debate público, possibilite que tais questões sejam processadas, mediante argumentos apropriados, na forma de discussões sob o olhar público, contribua para gerar posições e opiniões políticas públicas racionalmente motivadas (GOMES, 2008, p. 18).

Além disso, muitos já conseguem assistir aos noticiários de maneira mais crítica e a distinguir o que há de real nas notícias divulgadas.

*“A mídia só coloca o lado ruim, nunca coloca um fato bom.”*

*“Nem todo mundo aqui é ladrão, a mídia fala no geral, mas só rouba um ou outro.”*

*“A mídia influencia muito, se ela mostrasse as coisas boas que saem daqui, a imagem da Câmara podia ser boa.”*

*“A TV não fala coisa boa, só fala mal da Câmara dos Deputados.”*

O adolescente se distancia da vida política, visto que associa política à corrupção, falta de transparência, falta de ética e ineficácia para a resolução dos problemas públicos. No entanto, o pensamento sobre a política, de forma geral, também parece estar mais elaborado. Percebe-se uma visão mais ampla da política, como forma de organização social e a importância do debate para a solução das demandas:

*“Eu acho que a política é uma forma de cuidar do país, da maneira que eles acham melhor para cada cidadão, isso é a gente gostando ou não.”*

*“A única coisa legal na política é discutir ideias e defender seu ponto de vista.”*

*“Eu acho que eles têm um grande poder na mão de servir a sociedade, mas acabam não servindo.”*

## **6.5 Percepção do Papel do Programa para a Mudança**

Toda mudança cultural demanda tempo e maturidade dos novos conhecimentos e valores adquiridos. O adolescente precisa refletir, elaborar e introjetar as experiências vividas nesse processo dinâmico em que trabalho, educação e formação pessoal, profissional e cidadã se mesclam continuamente. Nesse sentido, os benefícios subjetivos decorrentes da participação no Programa talvez só sejam percebidos na idade adulta. De acordo com Moisés:

O processo de sedimentação de convicções democráticas, entre os públicos de massa, que acompanha e estimula a instalação de instituições políticas do mesmo gênero, raramente completa-se em espaços curtos de tempo. A influência da estrutura política sobre a cultura política não é automática nem imediata; ela depende do intercurso que esses fatores mantêm entre si ao longo do tempo (MOISÉS, 1995, p. 160).

Ressalta-se que os adolescentes não conversam com os funcionários, chefes e colegas de trabalho sobre política, mesmo os adolescentes lotados na área administrativa não têm acesso aos meandros do processo legislativo, visto que ficam focados nas atividades administrativas.

Ainda assim, a simples presença no Parlamento provoca algum tipo de mudança, ainda não identificada pelos adolescentes. A convivência com servidores, assessores parlamentares e até mesmo deputados tem importante papel na formação política dos adolescentes. Observar e vivenciar as rotinas desenvolvidas no Parlamento é oportunidade de imersão no cotidiano político.

*“Agora estou no meio da política, alguma coisa muda no meu jeito de pensar.”*

*“Aqui eu aprendo mais sobre política, tem mais convívio”.*

*“Você ouve a rádio Câmara, a TV câmara, só de trabalhar aqui você já tem informação política”.*

Então, ainda que a educação política não seja objetivo do Programa Pró-adolescente, o adolescente recebe indiretamente e difusamente informações e formação política. A presença

diária na Câmara dos Deputados influencia a formação política do adolescente de uma forma que nem mesmo os adolescentes percebem.

*“O pessoal do setor também comenta e você já vai pegando”*

*“Os servidores falam sobre política e a gente fica só ouvindo”*

No entanto, se o letramento político passasse a integrar os objetivos do Programa Pró-Adolescente os ganhos seriam ainda maiores. Mais uma vez, a educação para a cidadania ganha importância crucial, pois somente ao conceber a política como um modo de se organizar a vida em sociedade de forma justa e em prol da coletividade, os adolescentes poderão agir como cidadãos e assumir seu lugar na soberania popular.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal motivação desse trabalho era compreender a maneira pela qual o adolescente do Programa Pró-adolescente enxerga a política, os políticos e a Câmara dos Deputados, além de analisar se a presença diária na Câmara dos Deputados influencia de alguma maneira a formação política desses jovens. Analisar as representações sociais dos adolescentes sobre a política faz parte de um esforço no intuito de entender como os jovens encaixam a política em suas vidas cotidianas.

A metodologia de pesquisa utilizada incluiu a formação de grupos focais nos quais os adolescentes tiveram a possibilidade de expressar espontaneamente suas opiniões, sentimentos e convicções a respeito dos temas abordados. Foram realizados dois grupos, um em cada turno, com roteiro pré-definido de questões a serem tratadas. Os participantes foram convidados e participaram voluntariamente da pesquisa.

Cabe aqui ressaltar que nem tudo saiu como planejado. O número de participantes foi bem menor do que o esperado, ou seja, os adolescentes foram convidados, aceitaram o convite, mas nas datas e horários combinados não compareciam. Além disso, durante as reuniões alguns adolescentes ficaram tímidos e pouco participativos. Mas, esses são os percalços de uma pesquisa qualitativa. E vem daí, paradoxalmente, uma de suas riquezas: o ser humano é imprevisível, assim como seus comportamentos, ações, pensamentos e falas. Foram realizados dois grupos focais, um em cada turno, com a presença de nove e sete adolescentes, respectivamente.

A partir do trabalho de análise do conteúdo das reuniões chega-se às principais representações sociais dos adolescentes, não como um produto acabado, mas como um ponto de partida para estudos mais aprofundados. É preciso, antes de tudo, mapear o conhecimento, sentimentos e opiniões desses jovens sobre o Poder Legislativo e seus atores políticos, para, a partir de então, buscar programar ações de letramento político que sejam eficazes para esse público.

Os adolescentes vivenciam uma cultura social e política na qual os eleitores são apáticos e pouco tempo depois das eleições sequer lembram em quem votaram. A população não demonstra interesse pela vida política, a informação chega ao cidadão quase que exclusivamente pela mídia de massa, na qual reina um sentimento de desconfiança generalizada em relação às instituições políticas e aos políticos.

A adolescência é uma fase de transição e de transformação. O corpo muda, o comportamento muda, e o meio social no qual vivencia suas relações pessoais exerce forte influencia nesse processo de amadurecimento, possibilitando a inserção de novas definições e novos valores na vida do adolescente.

É a educação que prepara o adolescente para desenvolver suas potencialidades e lhe concede as condições necessárias para a vida em sociedade. A escola seria, então, o local ideal para que o adolescente adquira e aprimore competências cognitivas e intelectuais. Por outro lado, o ambiente de trabalho contribui de maneira significativa, ao possibilitar a esse jovem colocar em prática dessas competências e aquisição de habilidades essenciais para o mercado de trabalho e outras esferas da vida social.

E quando chegam à Câmara dos Deputados, esses adolescentes se deparam com um novo meio social: deputados, Plenário, comissões, audiências públicas, reuniões, sessões, debates, discussões, protocolos, documentos e todo o trabalho legislativo. Televisores e sistema de áudio transmitem os trabalhos parlamentares, o Portal da Câmara está recheado de informações, os servidores comentam um assunto aqui, outro ali e os adolescentes, imersos no cotidiano político, vivenciam uma nova realidade, um pouco diferente daquela retratada na televisão.

Um dos grandes desafios da democracia brasileira é formar futuros cidadãos que perpetuem e aprimorem o sistema democrático e a educação política é a forma mais eficaz de se vencer esse desafio: formar um cidadão participante, capaz de escolher seus representantes de forma responsável e consciente, fiscalizar sua atuação e cobrar resultados eficientes e que beneficiem a coletividade.

Nesse sentido, é fundamental oferecer ao cidadão o conhecimento sobre seus direitos e deveres, sobre as instituições políticas, sobre a democracia, sobre as formas de participação e fiscalização, mas é preciso ir além. Não basta conhecer, é preciso adquirir e internalizar valores

democráticos, éticos e críticos no sentido de fazer o jovem se perceber como elemento indispensável a sua comunidade, responsável pelas mudanças que deseja e consciente de que a política tem muita relação seu cotidiano. Dessa forma, o letramento político possui os ingredientes básicos para facilitar o processo de aquisição de novos conhecimentos, práticas e valores essenciais ao fortalecimento da democracia.

Os resultados da pesquisa refletem a visão que os jovens do Programa Pró-adolescente têm a respeito da política e em especial da Câmara dos Deputados e da atuação parlamentar. Em primeiro lugar, procurou-se saber se os adolescentes tinham alguma informação sobre a Câmara dos Deputados e quais eram suas opiniões pessoais acerca do Legislativo e dos parlamentares.

Ainda que carregada de subjetividade, visto que os adolescentes já estão na Câmara há mais de seis meses, observou-se que antes de entrar na Câmara, os adolescentes não conheciam a Câmara dos Deputados, além do que era transmitido pela mídia, em especial a televisão. A política só era pauta das conversas desses jovens quando havia algum escândalo de corrupção, tão comum na realidade brasileira. Ainda que a informação chegasse ao adolescente por uma única via, a televisão, é importante valorizar que a notícia seja o ponto de partida para conversas em família.

O adolescente constrói suas representações sociais a partir de suas relações sociais, ou seja, sofre influencia da família, escola, mídia e das outras esferas sociais nas quais esteja inserido. Portanto, as representações sociais dos adolescentes antes de ingressarem no Programa eram as mesmas do restante da população do Brasil. A Câmara dos Deputados e a comunidade política sofrem de desconfiança generalizada pela população.

A educação formal, de acordo com a fala dos adolescentes, não contribui para a formação de conhecimento a respeito do Legislativo. É preocupante o fato de adolescentes prestes a concluir o ensino fundamental ou já estudantes do ensino médio, que já podem, inclusive, votar, não tenham conhecimento sobre o que seja a Câmara dos Deputados e quais são atividades dos parlamentares.

A escola é, portanto, um espaço pouco aproveitado. Além de não cumprir de forma satisfatória seu papel educativo de repassar o conhecimento, também deixa de ser um local de



estímulo à participação social, debates, exercício de práticas democráticas, no qual o jovem poderia vivenciar experiências de aprendizado de cidadania.

Assim, o adolescente ingressa na Câmara dos Deputados sem conhecimento prévio sobre qual seja o papel da Instituição e dos Parlamentares. Ele chega carregado de estereótipos e preconceitos largamente difundidos pela mídia e pela opinião pública. Mas, por outro lado, a simples presença deles na Instituição já os insere no contexto político e já traz à tona questões sobre as quais eles não demonstravam interesse até então.

Observou-se, também, que os adolescentes pesquisados, apesar de perceberem a necessidade de organização, mobilização e política para o atendimento de determinadas demandas, ainda não incorporaram a atividade política em suas atividades cotidianas. Por exemplo, nenhum dos adolescentes participa de grêmios escolares, entidade representativa, de cunho democrático, de incentivo ao associativismo e de construção de cultura cívica no dia a dia do jovem. Mais uma vez, o desconhecimento e a falta de estímulo e interesse levam os adolescentes a ignorarem essa forma de exercício de cidadania.

Uma das principais motivações desse trabalho era identificar se a presença dos adolescentes na Câmara influencia a formação política dos mesmos. Observou-se que ao ingressar no Programa, os adolescentes não possuíam conhecimento sobre o Poder Legislativo. No entanto, ao analisar os dados da pesquisa percebeu-se que os adolescentes apresentam maior interesse em conhecer a instituição, já conhecem, pelo menos superficialmente, algumas das funções do Legislativo, especialmente a legiferante e representativa. Além disso, apresentam sinais de desenvolvimento de senso crítico em relação às notícias veiculadas pela mídia, busca espontânea de novas fontes de informação, em especial os meios de comunicação da Casa. Além disso, aparentam maior amadurecimento das reflexões a respeito da política, ao relatar a importância da transparência e da cobrança pelo compromisso com as promessas de campanha como importantes para melhorar a imagem do Parlamento perante a opinião pública.

Nesse sentido, percebem-se mudanças na maneira como esses jovens se relacionam com a política. Conhecer a Câmara dos Deputados “pelo lado de dentro” proporciona a esses jovens uma nova visão sobre a política. Eles começam a enxergar o Poder Legislativo a partir de uma nova perspectiva e a reconhecer o papel da Câmara dos Deputados na democracia brasileira, já

não concebem a ideia de que todos os políticos são “ladrões”, admitem a responsabilidade de cada um na escolha dos atores políticos, pois o poder de eleger e de cobrar resultados é o verdadeiro sentido da soberania popular. Notou-se também que a vergonha de estar no Parlamento se transformou em sentimento de orgulho pela instituição. Assim, as mudanças, ainda que sutis, são parte do próprio processo de amadurecimento, da experiência de convivência no Parlamento, e, mesmo que os reflexos dessas mudanças só sejam percebidos na idade adulta, não se pode desconsiderar o fato de que, sim, os adolescentes do Programa Pró-adolescente estão sendo preparados para o exercício da democracia.

É importante ressaltar a existência de uma lacuna educativa nas ações desenvolvidas pelo Programa Pró-adolescente. Apesar de terem deixado de lado a visão pejorativa a respeito da Câmara dos Deputados, ainda falta o conhecimento teórico. Os adolescentes ainda não estão familiarizados com as ideologias partidárias, com as formas de participação popular, nem mesmo sabem quais são as funções do Poder Legislativo. Portanto, fica como sugestão que a inclusão de estratégias sistematizadas de letramento político deveria ser um dos objetivos do Programa, visto que a Instituição oferece diversos programas para jovens de ensino fundamental e médio e estudantes universitários, inclusive os estagiários, mas não há, ainda, nenhum projeto nesse sentido voltado aos adolescentes aprendizes.

Cabe lembrar que os participantes do Programa Pró-adolescente são jovens provenientes de famílias de baixa renda do Distrito Federal. E que o programa tem como motivação não só a inclusão desses jovens no mercado de trabalho, mas uma preocupação constante com a formação profissional e pessoal dos adolescentes. Assim, não faz sentido pensar em deixar de lado o aspecto político dessa formação. Um jovem que possui conhecimento a respeito das questões políticas de sua comunidade, inclusive na concepção de possíveis soluções, capacitado para o debate, consciente das consequências de suas escolhas eleitorais e de seu papel de protagonista político em seu contexto social, poderá ter melhores chances de buscar melhorias em sua condição de vida.

Finalmente, é importante destacar que a educação para a democracia não é a solução para o desinteresse dos jovens pela política. É preciso que as instituições políticas cumpram suas funções para que se estabeleça uma relação de confiança entre a população e seus representantes políticos, relação essa primordial para o fortalecimento da democracia. Assim, ao incluir os

adolescentes nas ações de educação para a democracia desenvolvidas na casa, a Câmara dos Deputados daria mais um passo em direção ao cumprimento de sua função educativa no qual todos sairiam ganhando: os participantes do programa Pró-adolescente ganham ao vivenciar o cotidiano do Parlamento e conhecer os meandros do processo legislativo, e a sociedade ganha ao receber jovens cidadãos disseminadores de valores indispensáveis à continuidade da democracia.

## 8. REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. et al. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- ABRÚCIO, Fernando. O desafio é trazer o jovem para a política. Revista Época. Rio de Janeiro. Jun. 2007. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR77655-8722,00.html>
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney, **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. New Jersey, Princeton University Press, 1963.
- ARAÚJO, Angélica Lyra, **Juventude e participação Política: o Jovem Eleitor de Londrina**. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- BARDIN, Laurence, **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, **O Individualismo e Seus Critérios: Educação para a Democracia**. 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451996000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451996000200011&script=sci_arttext)
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Perspectiva sócio histórica de Leontiev e a Crítica à naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão**. São Paulo. 2004, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20090.pdf>
- BOVE, Laurent. **Espinosa e a Psicologia Social – Ensaio de ontologia política e antropogênese**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010.
- BRASIL. **Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm)
- CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo, Publifolha, 2000.

CAMPOS, Geison Fernando Vendramini de Araújo, **Adolescência: de que crise estamos falando?** São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2369](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2369)

CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador, **O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia.** Brasília, 2009.

CARVALHO, José Murilo, **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

COSSON, Rildo. Letramento Político: Por uma pedagogia da democracia. IN **Cadernos Adenauer**, Ano XI, Vol. 3, 2010, p. 13-18.

COSSON, Rildo. **Revista Estágio-Visita.** Disponível em: [http://www2.camara.gov.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia-1/apresentacao/textos-1/revista\\_ev\\_6edTextoRildo.pdf](http://www2.camara.gov.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia-1/apresentacao/textos-1/revista_ev_6edTextoRildo.pdf)

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Desenvolvimento Pessoal e Social do Jovem: um novo enfoque,** 2007. Disponível em: [http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave\\_artigo.asp?cod\\_artigo=152](http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=152)

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.

DANTAS, Humberto, Apresentação: O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil in: **Cadernos Konrad Adenauer**, XI ,N 3, 2010, p 3-11.

DANTAS, Humberto e CARUSO, Vinícius. **Politização nas Escolas: o Quanto os Jovens Compreendem essa Demanda.** E-legis, Brasília, nº 7, p. 22-33, 2º semestre 2011.

ERIKSON, Erick Homburger . **Infância e sociedade.** Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. Deficiências do Congresso. **A FOLHA DE SÃO PAULO**, 24/12/1990, p. A-2. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=florestan+fernandes&site=fsp&periodo=acervo&x=14&y=5>

FREUD, Anna. **The Writings of Anna Freud**. Vol. II, The Ego and the Mechanism of Defense, New York, International Universities, 1936.

GALLATIN, Judith **Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da Psicologia da adolescência**. São Paulo, Harper & Row do Brasil Ltda, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas, São Paulo, 1987.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis, Vozes, 1993, p 79 – 108.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo, Paulus, 2008.

GUI, Roque Tadeu. **Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido**. Brasília. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v3n1/v3n1a07.pdf>

IBASE – **Relatório Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. 2005, Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/juv-juv-bras-e-democracia-relat%C3%B3rio-final.pdf>

JODELET, Denise (org.) **Representações Sociais: Um domínio em Expansão**. In: **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARARESCI, Pedro e JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.

KERLINGER, Fred. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPV-EDUSP, 1979.

MELO, Maria Raquel Mesquita. **Educação Política Para a Cidadania: A contribuição da Câmara dos Deputados**. Brasília, 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da *Accountability*. Dilemas e Alternativas da Representação Política. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 25, novembro 2005, p. 25-38.

MILL, John Stuart. **Considerações Sobre o Governo Representativo**. São Paulo, IBRASA, 1964.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia**. São Paulo, Editora Ática, 1995.

MOISÉS, José Alvaro. **A Desconfiança nas Instituições Democráticas**. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23694.pdf>

OZELLA, Sérgio. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: Contini, M.L.J. & Koller, S.H. (orgs.), **Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Psicologia, 2002.

RIBEIRO, Ana Lucia Henrique Teixeira Gomes Motta. **Cidadãos crentes, críticos e ocultos: as várias faces da cidadania**. Brasília, 2009.

RODRIGUES, Malena. **Imprensa e Congresso ou como a mídia pauta a política**. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 2002.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio, ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SÁ, Celso Pereira de, **A construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro, UERJ, 1998.

SANI, G. verbete Cultura Política in BOBBIO, N, MATTEUCCI, N, PASQUINO, G. Dicionário de Política. 5ª ed. São Paulo, Ed. UnB, 2004

VENTURINI, Gustavo. **Juventude, Política e Cultura**. **Revista Teoria e Debate**. Fundação Perseu Abramo, n 45, jul.ago.set. 2000. Disponível em: <http://fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/sociedade-juventude-politica-e-cultura>

WAGNER, Wolfgang, Descrição, Explicação e Método na Pesquisa das Representações Sociais. In GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**. 5ª edição, Petrópolis, Vozes, 1994, p. 149-186.





**ANEXOS**